Temos de reavaliar o papel da Europa num novo mundo – Roberta Metsola aos dirigentes da UE

A Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, proferiu a seguinte declaração no Conselho Europeu informal de quinta-feira, em Versalhes, França.

Excelentíssimos Senhores Presidentes,
Excelentíssimos Senhores Primeiros-Ministros,
Caros amigos,

Mariupol é uma cidade onde nunca estive, mas cujo nome nunca esquecerei. O bombardeamento de uma maternidade e de um hospital pediátrico é um ato que ficará para a história como uma ignomínia. Uma barbaridade que ilustra bem a natureza da ameaça que enfrentamos.

A invasão da Ucrânia por Putin abalou a paz que há muito conhecemos na Europa. Mudou tudo, provavelmente para sempre. E a nossa resposta deve ser proporcional à ameaça grave, real e crescente à nossa segurança coletiva.

Temos de reavaliar o papel da Europa neste novo mundo.

Em primeiro lugar, precisamos urgentemente de aumentar o nosso investimento na defesa e em tecnologias inovadoras e prosseguir o trabalho em prol de uma verdadeira União da Segurança e da Defesa. Uma União que seja pró-ativa, flexível, ágil e resiliente. Uma União capaz de fazer face a novas ameaças. Isto significa passar das palavras aos atos e assegurar os recursos financeiros necessários. Significa reformar a cooperação estruturada permanente.

Significa que é necessário aumentar os nossos orçamentos nacionais e utilizar de forma inteligente o nosso orçamento comum da UE para garantir que o financiamento coletivo possa satisfazer as exigências em termos de capacidades, sempre que necessário.

O orçamento da União é o nosso instrumento primordial para reforçar a solidariedade e a coesão.

Temos de ir além do Fundo Europeu de Defesa e fazer com que o orçamento da UE contribua para a nossa política de segurança e defesa sempre que haja valor acrescentado. É necessário utilizar o orçamento para executar as orientações estratégicas e tornar a União da Defesa uma realidade.

A Agência de Defesa e as outras agências da União que trabalham neste domínio devem ser integradas no orçamento da UE. À medida que procuramos formas de continuar a quebrar os tabus e construir uma defesa europeia mais forte, devemos reexaminar esta opção.

Em segundo lugar, temos de redobrar os nossos esforços para reduzir a nossa dependência energética em relação ao Kremlin.

O nosso objetivo imediato deve ser a segurança energética. A segurança decorre da diversidade – diversidade das nossas fontes de energia, dos nossos fornecedores e das nossas rotas de aprovisionamento.

Neste momento de crise, temos de recordar que a energia tem – e sempre teve – um cariz político. A Rússia compreendeu este facto há anos.
Chegou o momento de a União enviar uma mensagem clara:

- restringindo a importação de mercadorias exportadas pela Rússia, incluindo o gás, o petróleo e o carvão;
- revendo todas as certificações concedidas às empresas energéticas russas;
- abordando as opções de armazenamento de gás, a contratação conjunta de gás e os regimes de financiamento conjunto;
- aumentando a quota das energias hipocarbónicas e renováveis no nosso cabaz energético através de uma aplicação mais rápida do pacote Objetivo 55.

A nossa meta deve ser um futuro sem a importação de gás proveniente da Rússia. Uma meta ambiciosa, mas necessária.

O Parlamento Europeu tem sido um forte defensor dos objetivos em matéria de energias renováveis, do aumento das interligações entre os Estados-Membros, do incremento da nossa capacidade de armazenamento e da redução da dependência em relação a fornecedores únicos. Estas ações podem ajudar a UE em duas vertentes diferentes: encontrar alternativas ao gás russo e aumentar rapidamente a quota das nossas próprias fontes de energia antes de 2030. É evidente que temos de passar dos combustíveis fósseis para fontes de energia mais sustentáveis e limpas, para energias renováveis, para o hidrogénio, mas também para uma energia nuclear segura e moderna, a fim de alcançar os nossos ambiciosos objetivos climáticos.

Em resumo: não devemos ser forçados a financiar as bombas que caem na Ucrânia.

Precisamos de examinar o aumento dos preços da energia e prever medidas que permitam atenuá-lo.

Temos também de ser capazes de explicar estas medidas aos nossos cidadãos. Neste aspeto, em particular, podem contar com o Parlamento Europeu e com os nossos deputados para ajudar a espalhar a mensagem pela Europa.

Em terceiro lugar, há que aprofundar o debate sobre a segurança alimentar. Este tema deve também tornar-se parte integrante da nossa reflexão sobre a autonomia estratégica da Europa. As nossas linhas de abastecimento devem tornar-se mais claras e mais sólidas.

Em quarto lugar, gostaria de realçar que o que vimos até agora em termos de coordenação, solidariedade e unidade europeias não tem precedentes. E este deve ser o nosso modelo para o futuro.

Os Estados-Membros envidaram esforços para acolher mais de 2 milhões de ucranianos nas nossas comunidades e nas nossas famílias. Às sanções em grande escala fizemos corresponder uma solidariedade prática que permitiu que os ucranianos entrassem diretamente nas casas e nos corações europeus. É o melhor da Europa à vista de todos.

As nossas ações corresponderam às nossas ambições. Demos à Ucrânia ajuda, armas e, mantendo uma perspetiva europeia aberta, na sequência da candidatura ucraniana de adesão à União, a esperança de consolidar o seu futuro europeu. Além disso, precisamos de envidar mais esforços para ajudar os países vizinhos a fazer face à situação, incluindo a Moldávia e a Geórgia.

Não podemos abandonar a Ucrânia. E conheço o empenho pessoal dos presentes em garantir que tal não aconteça. Putin subestimou a nossa determinação quase tanto como subestimou a resiliência e a resistência dos ucranianos.

A mesma resiliência que temos de ter. Sabemos que Putin não se ficará por Kiev, tal como não se contentou com a Crimeia. As táticas que aperfeiçoou na Síria foram aplicadas na Europa. Temos razão em querer que pague o mais elevado preço pelo erro mais grave que alguma vez cometeu.

As nossas sanções devem continuar a ser duras. Deve ser recusado aos oligarcas do Kremlin o acesso aos confortos a que se habituaram na Europa. As nossas empresas não devem continuar a considerar a Rússia como um mercado onde podem crescer. A pressão pública desempenhou um papel importante neste processo, mas temos de estar preparados caso essa pressão se desvaneça. Simultaneamente, temos de assegurar que as criptomoedas ou os novos instrumentos de tecnologia financeira não proporcionem uma forma de contornar as sanções.

Tem de ser doloroso para Putin e temos de estar preparados para que seja doloroso também para nós – mas é um custo que devemos suportar nesta encruzilhada da história europeia, um preço que, penso, os nossos cidadãos estão dispostos a pagar.

À medida que o custo da guerra de Putin atinge as nossas comunidades, há que estar preparados para salvaguardar a base económica da Europa. Isto significa reestruturar e reinvestir na investigação e nas matérias-primas e, neste contexto, o Regulamento Circuitos Integrados proposto pela Comissão reveste-se da maior importância. Da mesma forma, é imperativo ajudar as empresas que queremos dissuadir de estabelecer relações comerciais com a Rússia e redobrar os esforços no que toca às transformações digitais e ecológicas. O nosso pacto ecológico diz respeito tanto ao clima como à segurança. Temos também de trabalhar em conjunto a nível mundial para forjar uma aliança democrática que assegure a nossa autonomia digital.

Permitam-me ainda umas palavras sobre a guerra de informação que enfrentamos. Não só precisamos de reforçar as nossas ciberdefesas, como também temos de continuar a lutar contra a narrativa de que, por se opor a Putin, a Europa é, de alguma forma, inimiga da Rússia. Os russos que se manifestam contra Putin, apesar da ameaça de prisão, são os que podem fazer a diferença. Estão do lado certo da história. O nosso lado.

Por último, temos de ser claros: o que Putin e Lukashenko estão a fazer na Ucrânia é criminoso. É um crime de guerra. Subverte a ordem democrática mundial e, quando chegar o momento, os responsáveis terão de prestar contas perante o tribunal penal internacional. Esta será a irrefutável vitória do povo da Ucrânia, do Estado de direito e do nosso modo de vida assente em regras.

Obrigada pela vossa atenção.